

História oral na Alemanha: semelhanças e dessemelhanças na constituição de um mesmo campo*

Verena Alberti
CPDOC-FGV**

O desenvolvimento da história oral na Alemanha é pouco conhecido entre nós, principalmente em razão da barreira linguística. Em outubro de 1995, a vinda do professor Lutz Niethammer, da Universidade de Jena, para o encontro *Ética e História Oral*, realizado na PUC de São Paulo e no Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio, constituiu um passo no sentido da diminuição desse hiato. O presente trabalho pretende caminhar na mesma direção, dando conta de algumas experiências no campo da história oral na Alemanha e discutindo questões-chaves na constituição desse campo, como o estatuto da fonte oral, a noção de história democrática e a idéia da elaboração do passado.

Serão discutidas basicamente três experiências no campo da história oral: a do projeto Lusir, que constituiu um conjunto de entrevistas com trabalhadores do vale do Ruhr e do qual o professor Niethammer participou; as de Gabriele Rosenthal, sobre as gerações que tiveram diferentes tipos de participação na Segunda Guerra Mundial, e o estudo de Hans J. Schröder sobre entrevistas com soldados que participaram da Segunda Guerra. As três experiências foram desenvolvidas predominantemente em três disciplinas das ciências humanas — respectivamente a história, a sociologia e a literatura —, permitindo uma reflexão sobre as diferenças de aplicação da história oral em cada uma delas.

As experiências de trabalho com a história oral na Alemanha, bem como as questões-chaves que delas sobressaem, levarão à identificação de semelhanças e diferenças com relação ao desenvolvimento da história oral no Brasil — provavelmente mais semelhanças do que diferenças —, permitindo estabelecer diretrizes importantes na definição do próprio campo da história oral.

1 - O estatuto da fonte oral

* Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho *História e Memória*, no XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), realizado de 22 a 26 de outubro de 1996, em Caxambu (MG). O material que serviu de base para este texto foi levantado e estudado, em sua maior parte, durante a preparação para o exame oral *Rigorosum*, um dos requisitos para a obtenção do grau de doutor em universidades alemãs. Concluí meu doutorado em julho de 1993, graças a uma bolsa de doutorado no exterior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à licença concedida pelo CPDOC-FGV.

** Coordenadora do Setor de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS-UFRJ) e doutora em Literatura pela Universidade de Siegen (Alemanha).

Na Alemanha, como no Brasil, a discussão sobre o estatuto da fonte oral — para que serve e quais suas especificidades em relação à fonte escrita — é basicamente uma questão de historiadores. Dois deles, Michael Zimmermann e o próprio Lutz Niethammer, servirão de referência para os propósitos deste item.¹

Michael Zimmermann, em um texto sobre depoimentos de história oral que integra uma coletânea de artigos sobre a interpretação de fontes históricas para a história contemporânea (Zimmermann, 1992), preocupa-se basicamente com duas questões: de um lado, as potencialidades dos testemunhos de história oral e, de outro, as precauções que o pesquisador deve ter ao produzir esse tipo de fonte.

Com relação a esse último ponto, é possível identificar várias similitudes com o debate que vem sendo travado no Brasil. Assim, por exemplo, Zimmermann chama a atenção para o fato de muitas entrevistas de história oral não estarem devidamente arquivadas, permanecendo sob a propriedade dos entrevistadores, o que resulta no curioso paradoxo de que, em um procedimento de pesquisa que em princípio visa uma democratização da história, o historiador sozinho acaba tendo um poder extraordinário sobre “suas” fontes.

Zimmermann observa que o tratamento da entrevista para permitir uma interpretação acadêmica é, como todos nós sabemos, muito dispendioso. Idealmente, diz ele, o depoimento deveria ser acompanhado de informações sobre os objetivos do projeto, o ponto de partida da conversa, o entrevistador, o estabelecimento do contato e a interação durante a conversa, bem como de uma breve biografia do entrevistado, de um índice temático e de uma transcrição.

Mas não é só o acesso às fitas gravadas que deve preocupar o pesquisador durante a produção de depoimentos de história oral. A especificidade dessa fonte, o fato dela justapor saber histórico e narrativa de história de vida — em outras palavras, entrevistador e entrevistado —, torna necessário ao historiador ter bastante clareza sobre seu papel e o papel do projeto de pesquisa na constituição do documento, sendo aconselhável conduzir um diário de pesquisa, no qual se registrem tanto questões objetivas quanto experiências e impressões no contato com os entrevistados.

Finalmente, uma história oral “cientificamente refletida”, nas palavras de Zimmermann (“eine wissenschaftliche reflektierte Oral History”), é aquela que reconhece que o passado rememorado necessita tanto de esforço analítico quanto de ser complementado por outras fontes e métodos.

Até aqui, podemos dizer que não há nada de novo, uma vez que já conhecemos essas questões metodológicas, a não ser talvez uma grata surpresa de que, apesar do obstáculo lingüístico que nos separa dos historiadores alemães, a linguagem que usamos é bastante semelhante.

Sobre as potencialidades dos testemunhos de história oral, o texto de Zimmermann traz um balanço bastante útil. Trata-se de saber o que as entrevistas de história oral, enquanto fontes para a história contemporânea, oferecem. O autor

¹ Cf. principalmente Zimmermann, 1992, e Niethammer, 1985.

enumera: reconstrução de decursos cotidianos;² reconstrução de padrões de socialização das diferentes camadas sociais, dos sexos e das gerações; investigação de dados biográficos; informações sobre o modo como pessoas ou grupos efetuam experiências e as trabalham e avaliam *a posteriori*; a possibilidade de identificar fenômenos antes negligenciados, e, finalmente, a possibilidade de questionar interpretações generalizantes ou algo grosseiras do passado.

Desse elenco de objetos que uma entrevista de história oral pode vir a documentar, dois merecem maior destaque no texto de Zimmermann: as formas como pessoas ou grupos efetuam e avaliam experiências, de um lado, e a possibilidade de questionar interpretações generalizantes do passado, de outro. Ambos são também analisados por Niethammer (1985), e denominados respectivamente história de experiência (*Erfahrungsgeschichte*) e mudança de perspectiva (*Perspektivenwechsel*).

Um exemplo pode tornar mais claras essas questões. Em uma entrevista com um trabalhador do vale do Ruhr que, nos anos 1920, ingressou no Partido Comunista Alemão, diz Zimmermann, identificam-se situações pessoais de aprendizado que levaram o entrevistado ao partido. Mais do que a situação do proletariado ou a influência do aparelho do partido comunista — interpretações comuns a outras investidas historiográficas que procuraram dar conta da influência comunista sobre os trabalhadores da República de Weimar —, a história desse entrevistado mostra que, no processo de decisão que o levou a ingressar no partido, importaram o exemplo do irmão mais velho e uma posição crítica com relação ao catolicismo, em especial com relação a um determinado padre. A história oral permite, portanto, reconhecer situações de aprendizado biograficamente relevantes, que passam a orientar o comportamento dos entrevistados. Essa “história de experiência” é, para Niethammer, uma possibilidade de nos aproximarmos empiricamente “do significado da história dentro da história” e permite, de acordo com Zimmermann, questionar criticamente a aplicação de teorias macro-sociológicas sobre o passado. É claro que não se está falando formalmente de um caso particular, mas de decisões e situações de aprendizado às quais estão atrelados componentes tanto individuais quanto coletivos. A “mudança de perspectiva”, isto é, segundo Niethammer, a capacidade da entrevista contradizer generalizações simplificadoras, amplia, portanto, a percepção histórica.

² Em texto intitulado “Perguntas-respostas-perguntas”, posfácio ao terceiro volume das publicações do projeto Lusir, Lutz Niethammer chama a atenção, entre outras coisas, para as dificuldades de se empreender uma história do cotidiano. As ações e relações cotidianas só aparecem, diz Niethammer, quando não são evidentes ou óbvias, isto é, quando são percebidas como estranhas, o que é possibilitado pela lembrança. Nesse sentido, a história oral seria o terreno privilegiado de reconstituição do cotidiano, porque os resíduos de atividades comuns do passado tendem a ser por demais fragmentados. Ainda assim, mesmo na história oral a reconstituição do cotidiano é limitada, continua Niethammer: seja porque, ao se solicitar do entrevistado que reconstitua seu cotidiano, o resultado acaba sendo determinado pelas perguntas, as quais só conseguem trazer à lembrança alguns aspectos daquele cotidiano; seja porque a descrição do cotidiano vem acompanhada de certa nostalgia, misturada aos sentimentos de pesar ou de alívio, que acaba marcando o sentido da narrativa. De todo modo, finaliza, um bom entrevistador pode obter descrições precisas de rotinas cotidianas. De um lado, porque elas estão consolidadas na memória do entrevistado, que precisava dominá-las para viver e trabalhar. De outro, porque elas geralmente são informações “inofensivas” que nunca precisaram ser interpretadas ou reavaliadas ao longo da vida, ao contrário dos valores ou das experiências problemáticas - e é por essa razão que muitas vezes o entrevistado não entende o sentido de perguntas sobre o cotidiano, assunto por demais trivial e sem ligação com o sentido da história de vida. (Niethammer, 1985, p. 423-ss).

Essas são, sem dúvida nenhuma, potencialidades importantes da história oral, que, se não constituem propriamente novidades em relação ao que praticamos — e cremos — no Brasil, pelo menos têm o mérito de se encontrarem relativamente sistematizadas nesses textos.

Merece registro ainda uma última consideração sobre a especificidade da fonte oral, entendendo-se que o presente texto tem também a intenção de trazer ao conhecimento de pesquisadores no Brasil alguns debates que se desenvolvem na Alemanha nesse campo. Trata-se de uma tentativa de Lutz Niethammer de definir os níveis da memória que entram em jogo em uma entrevista de história oral.³

Há dois níveis da memória, diz Niethammer: o da memória ativa, onde aquilo de que sempre precisamos está à disposição, podendo ser recuperado sem maiores reflexões, e o da memória latente, à que só se chega através de reconstruções e associações.

A memória ativa é composta por três provisões, como as chama Niethammer. A primeira é a idéia que se tem da vida como um todo, uma espécie de sortimento bruto. A segunda é o alargamento desse sortimento que, via de regra, pode ser obtido sem muito esforço quando se é perguntado: descrições mais complexas de relações de vida e de constelações familiares, tarefas profissionais, condições de trabalho etc. A terceira, finalmente, é um conjunto de histórias estandarizadas, contadas em toda oportunidade, que contêm ou não vivências originais e que podem constituir indicações interessantes para a elaboração de experiências e o estilo de comunicação do entrevistado.

Já no nível da memória latente, diz Niethammer, encontram-se lembranças que já foram, por alguma razão, importantes e que dizem respeito seja a rotinas seja a situações de aprendizado, isto é, situações de encontro com aquilo que até então era desconhecido. Essas últimas são mais comuns na juventude e em circunstâncias extraordinárias, como em crises existenciais ou sociais, e geralmente aparecem na forma de histórias marcadas por cenas e episódios que apontam para situações em que o entrevistado se deparou com algo novo e para cuja elaboração ainda não dispunha de categorias — razão pela qual a situação se cristaliza plasticamente em imagens.

Todas essas considerações são certamente bastante interessantes, mas não creio que a divisão entre os níveis da memória deva ser rigidamente adotada. As histórias plásticas que apontam para situações de aprendizado, por exemplo, podem também

³ No texto de Niethammer, a definição dos níveis de memória envolvidos em uma entrevista é precedida por uma longa e interessante discussão sobre as diferenças e semelhanças entre a entrevista de história oral e outros procedimentos interativos, como os que ocorrem na psicanálise, no interrogatório judicial e na pesquisa sociológica empírica. Da psicanálise, por exemplo, a história oral se aproximaria pelo processo associativo, a atenção pelo discurso e a reconstrução do entrevistado. Dela, contudo, se afastaria, por não ser terapia, não explorar a possibilidade da história de vida ser determinada por acontecimentos ou situações primitivas, ou ainda por não procurar trabalhar repressões individuais. Com o inquérito judicial, a história oral teria em comum a necessidade de comparação de diferentes versões e a idéia de que, entre a memória ativa e o esquecimento total, haveria um campo de memória latente, passível de ser ativado por interações e informações - entre elas fotografias e outros documentos. Da pesquisa sociológica, finalmente, a história oral se afastaria pela ausência de rigidez com que as perguntas devem ser feitas, para seguir um padrão comparável entre si, mas dela se aproximaria pelo fato de ser um instrumento de pesquisa - isto é, de estar comprometida com o saber público e com a possibilidade de acompanhamento do processo de pesquisa. (Niethammer, 1985)

situar-se na memória ativa — quem sabe, como parte do conjunto de histórias estandarizadas, contadas toda vez que se torna necessário significar determinadas situações de aprendizado. Além disso, por que as rotinas não fariam parte do sortimento bruto, isto é, da memória ativa, já que esta compreende tarefas profissionais e condições de trabalho, que são facilmente recordadas mediante solicitações?

De todo modo, a tentativa de Niethammer, apesar de pouco clara com relação a suas propostas — ou talvez por isso mesmo —, não deixa de refletir a preocupação constante, no campo da história oral (seja no Brasil, seja na Alemanha), com a memória, instância cujo caráter enigmático e fluido parece contribuir para um certo *appeal* da história oral.

2 - A noção de história democrática

Em 1980 foi publicado na Alemanha o primeiro livro de peso voltado para a teoria e a metodologia de história oral — uma coletânea de artigos de autores norte-americanos, ingleses, franceses, italianos e alemães, entre eles Ronald Grele, Paul Thompson, Daniel Bertaux e Luisa Passerini.⁴ A introdução de Lutz Niethammer, organizador da publicação, começa significativamente com a seguinte afirmação: “Um futuro democrático necessita de um passado no qual não apenas os superiores possam ser ouvidos.” Podemos afirmar, sem risco de equívoco, que a noção de história democrática (*demokratische Geschichte*), que também aparece como história vista “de baixo” (*von unten*),⁵ instalou-se de saída no campo da história oral na Alemanha. De um lado, essa marca ajusta-se claramente às tendências internacionais, brasileiras inclusive, de considerar a história oral um método de pesquisa que permite a constituição de uma história dos “grupos sociais sem história”. De outro, contudo, creio que ela tem um forte componente alemão, na medida em que garantir um futuro democrático significa principalmente trabalhar o passado e juntar todos os esforços para que ele não se repita. Ou seja, a noção de história democrática, no caso alemão, está intimamente ligada à idéia de trabalhar o passado, sendo que essa última aparece ainda com maior frequência do que a primeira nas publicações da área. A especificidade dessa circunstância será discutida mais adiante. Por ora, procurarei discutir, de um ponto de vista mais geral, as implicações dessa “história democrática”.

Não há dúvida de que a história oral permite o registro de uma quantidade diversificada de narrativas de experiência de vida, viabilizando o acesso a visões de mundo e a histórias de vida provenientes de diferentes grupos sociais. Na medida em que se entende esse pluralismo como democracia, pode-se seguramente afirmar que a instituição do campo da história oral foi um passo importante no sentido da democratização do registro e do acesso a narrativas de experiência pessoal. Mas isso não nos autoriza ainda, a meu ver, a falar de democratização *da história*.

⁴ Lutz Niethammer (org.). *Lebenserfahrung und kollektives Gedächtnis. Die Praxis der 'Oral History'*. Frankfurt a.M., Syndikat, 1980.

⁵ Ambas as expressões encontram-se, por exemplo, no texto de Niethammer que acabo de citar (1980, p.8-11).

Em primeiro lugar, a possibilidade de realizar entrevistas de história oral com pessoas de grupos sociais distintos não exige o pesquisador da interpretação e da análise do material colhido. Falar de *história* democrática pode levar ao equívoco de se tomar a própria entrevista não como fonte — a ser trabalhada, analisada e comparada a outras fontes — e sim como história. É certo que a própria palavra “história” e sua dupla acepção — aquilo que ocorreu no passado, de um lado, e o resultado do trabalho do historiador, de outro — contribui para difundir esse equívoco. Mas, em nome do próprio pluralismo, não se pode querer que uma única entrevista ou um grupo de entrevistas dêem conta de forma definitiva e completa daquilo que aconteceu no passado.

Em segundo lugar, para que se fale de “história democrática” ou de “história vista de baixo”, é preciso partir do pressuposto de que existe uma história “não democrática” ou uma história “vista de cima”. Niethammer e von Plato escrevem, por exemplo, que a prática e a experiência da classe trabalhadora na ambivalência de seu cotidiano caiu em esquecimento e que, para sua pesquisa, restaram apenas testemunhos de seus “oponentes” (*Gegner*), sem contudo explicar, lamentavelmente, quem são esses oponentes. (Niethammer & Plato, 1985, p.10) Creio que esse tipo de polarização não traz vantagens para a democratização da história. Será que o pesquisador que entrevista membros da elite política — isto é, que investiga visões de mundo e experiências de vida de representantes da “história de cima” — exerce uma história “não-democrática”? Certamente não.⁶ Polarizações do tipo “história de baixo” *versus* “história de cima” contribuem, a meu ver, para enfraquecer a própria especificidade da história oral — ou seja, a de permitir, entre outras coisas, o registro da “prática e da experiência na ambivalência do cotidiano” de um número cada vez maior de grupos, e não apenas dos que se situam “em baixo” na escala social, justamente porque a prática e a experiência na ambivalência do cotidiano em geral — e não apenas a da “classe trabalhadora” — não era, até recentemente, assunto digno de estudo nas ciências humanas.

É certo que os que se situam “acima” na escala social costumam deixar mais registros pessoais — como cartas, autobiografias, diários etc. — de suas “práticas e experiências na ambivalência do cotidiano”. Nesse sentido — mas só neste —, é possível admitir que entrevistas de história oral com os que se situam “abaixo” na escala social poderiam ser prioritárias — isto é, caso se queira privilegiar a pluralidade de registros de visões de mundo e experiências de vida. Essa circunstância leva, contudo, a uma curiosa conclusão: na medida em que a ênfase sobre a “história de baixo” acaba vinculada à noção de “povos sem escrita”, a história oral torna-se uma compensação para a incapacidade daqueles grupos de escreverem sobre si mesmos. Assim, um argumento que, inicialmente, reclamava maior importância para os “de baixo”, acaba reforçando, ainda que indiretamente, o preconceito em relação a eles: eles não são capazes de deixar fontes escritas sobre si mesmos.

Se, por outro lado, desvinculamos a história oral dessa polaridade entre “história de baixo” e “história de cima”, ou entre “classe trabalhadora” e “seus opositores”, ou

⁶ Em palestra proferida no II Encontro Nacional de História Oral, realizado no CPDOC-FGV em abril de 1994, Aspásia Camargo observou com acuidade essa questão. Segundo ela, a idéia de que estudar a elite política não oferece dados importantes para o entendimento da realidade social é, na verdade, “uma versão de direita”. “Porque”, continua, “não é possível que possamos achar irrelevante saber como o poder se comporta, como se organiza, como decide.” (Camargo, 1994, p.87)

ainda “vencidos” e “vencedores”, reforçamos suas características teórico-metodológicas — isto é, o fato de possibilitar a constituição de fontes que documentam histórias de vida, experiências pessoais e visões de mundo de diferentes pessoas e grupos — e impedimos que as clivagens sociais acabem se reproduzindo no campo das metodologias de pesquisa.

Finalmente, não podemos esquecer que, por mais que nos esforcemos em democratizar o acesso à produção histórica, dificilmente os livros, os artigos e os relatórios de pesquisa que resultam de entrevistas de história oral com os “de baixo” serão lidos pelos próprios depoentes. O projeto Lusir, por exemplo, gerou pelo menos três grossos volumes de artigos, publicados entre 1983 e 1985, os quais creio que dificilmente algum dos trabalhadores do vale do Ruhr tenha lido. Não é esse também o dilema clássico da antropologia — um saber europeu, para os europeus, sobre os “povos sem história”?⁷ Não quero dizer com isso, evidentemente, que não se deva entrevistar trabalhadores, camponeses e outros grupos econômica e socialmente pouco favorecidos — assim como não acho que se deva renunciar à pesquisa antropológica em comunidades indígenas simplesmente porque os índios não têm acesso aos resultados da pesquisa. Mas é preciso ressaltar que o pesquisador deve atentar para o caráter problemático de noções como “história democrática” e “história de baixo”, que podem esconder preconceitos e negar a própria especificidade da história oral, e que não o eximem de ter consciência das implicações de seu papel de pesquisador.

3 - A “elaboração do passado”

No prefácio ao terceiro volume das publicações do projeto Lusir, Niethammer discorre sobre a recorrência, do tema *guerra e fascismo* na história oral europeia - razão pela qual o livro vem a público enriquecido de outros estudos, além dos do projeto Lusir, sobre o tema: estudos referentes à Itália, à Austria e a outras regiões da Alemanha. Nesse contexto, delinea-se, a meu ver, uma segunda acepção possível para a idéia de história democrática, na medida em que é a democracia, e não o fascismo, que o historiador quer tornar efeito. Isto é: a história oral aparece como metodologia especialmente apropriada para alemães, italianos e austríacos (mas principalmente alemães) “digerirem” a própria história, porque ela oferece uma possibilidade concreta e particularmente densa de compreender por que e em que medida se deu a adesão ao nazismo.

Não é por acaso que em grande número de estudos publicados seja empregada, para designar aquele processo de “digestão”, a noção de *Verarbeitung der Vergangenheit*, que, na falta de termo melhor, traduzo por “elaboração do passado” . O

⁷ A esse respeito, é muito instrutivo ler o que escreve Werner Fuchs sobre as possibilidades do método biográfico, tomando como exemplo o estudo clássico de Thomas e Znaniecki: “Este método recolhe e publica trajetórias e experiências de vida de membros de grupos sociais que não participam normalmente do mercado literário. Essa produção de saber não é expressão de uma necessidade de informação dos investigados, de uma necessidade desses grupos em compreenderem as possibilidades de solução de seus problemas de vida. São outros grupos sociais, diferentes daqueles dos investigados, que lêem esse tipo de estudo.” (Fuchs, 1980, p.335; grifo meu)

substantivo *Verarbeitung* contém o radical “trabalho” (*Arbeit*) — daí minha opção por “elaboração”, que, ainda que não nos lembremos, deriva de “labor” — e refere-se frequentemente ao processo de assimilação psíquica de impressões e experiências.⁸ Ou seja, trata-se da idéia de trabalhar um acontecimento ou experiência para, de alguma forma, superá-lo psiquicamente, como ocorre em uma terapia. Ora, a elaboração do passado que sobressai de diversos estudos no campo da história oral na Alemanha tem também essa conotação: é como se a história oral possibilitasse uma espécie de terapia coletiva.

Gabriele Rosenthal, por exemplo, toma a elaboração do passado como uma das diretrizes de sua pesquisa: seu estudo pergunta-se sobre como os membros da juventude e das forças armadas nazistas *elaboraram* suas experiências de vida durante o Terceiro Reich (1987, p.13). E Ulrich Herbert, em artigo que procura sintetizar os resultados do projeto Lusir, fala de formas de *elaboração* das experiências durante a época da guerra: “A análise de lembranças do período da guerra mostra aqui a gama de possibilidades de experiências e suas formas de elaboração.” (Herbert, 1985, p.31)⁹

No caso específico de um passado marcado pela guerra e pela inevitável adesão ao nazismo, creio que, mais do que procurar saber como os entrevistados elaboraram suas experiências, a ênfase recai sobre uma elaboração social do passado, que a metodologia da história oral tornaria particularmente viável. Dito de forma simplificada, é como se o pesquisador estivesse se perguntando por que os acontecimentos tomaram o curso que tomaram, para evitar uma repetição do “mal” e garantir um futuro democrático.

Se a idéia da elaboração do passado se encaixa particularmente bem na história oral praticada na Alemanha, isso não quer dizer que lhe seja exclusiva. Ao contrário, creio até que ela é parte constitutiva do campo da história oral como um todo, independentemente das fronteiras nacionais.

Tomemos, por exemplo, o caso da história oral praticada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Ao ser criado, em 1975, o Setor de História Oral do CPDOC também se guiava, a meu ver, por uma pergunta do tipo “por que nossa história tomou o rumo que tomou?”, ou ainda “por que deu errado?”. Não a guerra, não o nacional-socialismo seriam objeto de nossa *elaboração*, mas o fracasso na constituição de um estado de direito. Estudar a “Trajetória e o desempenho das elites políticas brasileiras”, como se intitulava então o projeto do setor, era aproximar-se dos processos de decisão e da cultura política que haviam levado ao regime militar de 1964. E, de certo modo, essa pergunta — assim como a pergunta sobre a adesão ao nazismo no caso da Alemanha — permanece sendo nossa questão fundamental: por que as elites brasileiras não exercem o papel que lhes cabe, a fim de que, finalmente, o país tome o rumo certo? Claro está, então, que a entrevista de história oral registra não apenas as experiências e visões de mundo dos entrevistados, mas, mais do que qualquer outro documento, as intenções do pesquisador em trabalhar o passado para talvez superá-lo.

⁸ Note-se de passagem que *Verarbeitung* também designa o processo de digestão de alimentos.

⁹ A idéia de elaboração do passado também aparece em Zimmermann, 1992, p.26, e von Plato, 1985, p. 275-ss.

Convém observar, finalmente, que a “vocação terapêutica” da história oral também se faz representar em estudos que atribuem ao método a faculdade de *construir identidades*. Assim, por exemplo, Annette Kuhn, considera a história oral “instrumento privilegiado para a autodescoberta das mulheres e para a constituição de uma identidade feminina historicamente fundamentada, emocionalmente experimentada e criticamente refletida.” (1985, p.165) Note-se que não se trata de investigar, através dos relatos de experiências pessoais, como pessoas e grupos sociais constroem suas identidades, e sim de empregar a história oral como método terapêutico de elaboração das experiências do passado para a constituição de uma nova consciência de grupo. Novamente a entrevista documenta a intenção do pesquisador em produzir esse resultado, mais ainda, talvez, do que a história de vida e as concepções de mundo do entrevistado. Essa segunda vertente terapêutica da história oral não é evidentemente exclusiva à história oral praticada na Alemanha. Ela está embutida em quase todos os estudos que acreditam poder constituir uma consciência ou identidade pessoal ou de grupo através de processos específicos de elaboração do passado.

A recorrência com que a idéia de “elaboração do passado” aparece no campo da história oral talvez permita identificar esse campo como um dos únicos em que o lema *historia magistra vitae* ainda produz resultados concretos — seja uma superação do passado, evitando-se a repetição do “mal”, seja uma identidade construída a partir de uma autodescoberta no passado.

4 - Três estudos

4.1 - O projeto Lusir

“Lusir” é uma sigla que reúne as iniciais de “Lebensgeschichte und Sozialkultur im Ruhrgebiet 1930 bis 1960” (ou seja, “História de vida e cultura social no vale do Ruhr 1930 a 1960”), título do projeto desenvolvido na primeira metade da década de 1980 por um grupo de pesquisadores coordenado por Lutz Niethammer e composto por Alexander von Plato, Michael Zimmermann e Ulrich Herbert, entre outros, sediado inicialmente na Universidade de Essen e, a partir de 1984, na Fernuniversität Hagen e cujo acervo encontra-se hoje no Instituto para História e Biografia, coordenado por von Plato, em Lüdenscheid. Foi em torno desse grupo que surgiu, em 1988, a publicação semestral *Bios - Zeitschrift für Biographieforschung und Oral History* (isto é, “Bios - Revista de Pesquisa Biográfica e História Oral”), periódico que vem contribuindo significativamente para a difusão e a discussão de pesquisas e questões do campo da história oral.¹⁰

A principal pergunta do projeto Lusir dizia respeito à consolidação da República Federal Alemã como democracia, tendo o vale do Ruhr um significado estratégico do ponto de vista eleitoral. Tratava-se de investigar as orientações políticas dos trabalhadores do vale do Ruhr, que, durante a República de Weimar, ou seja, quando do advento das tradições pré-fascistas, inclinavam-se principalmente em direção ao comunismo e ao movimento trabalhista católico, e não, como no pós-guerra, à social-democracia. Partiu-se também do pressuposto de que o desenvolvimento da indústria metalúrgica no vale do Ruhr tornou específicas as experiências sociais, o que não excluía pontos de proximidade com outras regiões.¹¹

Foram feitas cerca de 200 entrevistas de história de vida com homens e mulheres, geralmente idosos, provenientes de famílias trabalhadoras na indústria metalúrgica. Os entrevistados eram perguntados sobre experiências particulares e sociais na formação, no trabalho, no trabalho doméstico, na vida familiar e associativa, bem como sobre experiências e perspectivas políticas. Os contatos foram feitos de diversas formas: por anúncios de jornal, por intermédio de sindicatos, por arquivos de empresas, pelo coro de igrejas e principalmente pelo sistema da “bola de neve” (cf. Niethammer, 1983, p.7-8).

Os resultados objetivos do projeto devem ser compreendidos no contexto da discussão com outros autores e pesquisas. Assim, por exemplo, o pressuposto de que a classe trabalhadora era altamente mobilizada é colocado em questão pelas entrevistas: mais importantes do que as diferenças de orientação político-partidária eram as diferenças de religião, de idade, de sexo e de indústria para a qual se trabalhava. As entrevistas chamaram a atenção também para a periodização dos acontecimentos históricos. O ano de 1933, por exemplo, não foi mais importante, para muitos entrevistados, do que os anos de 1934, 1935 e 1936, nos quais se encerra o desemprego em massa em virtude do crescimento da indústria bélica. Para muitos, esse foi o período

¹⁰ A revista *Bios* é editada pela Fernuniversität Hagen, sendo os editores responsáveis Alexander von Plato e Charlotte Heinritz, e publicada em Leverkusen, por Leske + Budrich.

¹¹ Para as informações contidas nesse item, baseei-me principalmente em Ulrich Herbert, 1985.

da prosperidade, com emprego estável e férias remuneradas, ao mesmo tempo em que se enfraqueciam as relações de confiança com vizinhos e colegas como consequência da ascensão do nazismo. Finalmente, a importância dos marcos cronológicos também se relativiza no que diz respeito ao início da guerra: para os entrevistados que não estiveram no *front*, a guerra só se tornou efetivamente significativa com o início dos ataques aéreos.

O projeto Lusir situa-se, como já mencionei no início deste texto, no campo da história. Claro está que suas principais questões dizem respeito à história contemporânea alemã, aí compreendidas a história dos movimentos sociais, a história política e a história do cotidiano. Merece destaque a quantidade de textos analíticos produzidos com base na pesquisa, em parte reunidos nos três volumes do projeto e em parte publicados separadamente.¹²

4.2 - A pesquisa biográfica de Gabriele Rosenthal

As investigações de Rosenthal situam-se no campo da sociologia, mais do que no da história, mas, segundo ela, trata-se de praticar uma sociologia necessariamente ligada à história, ou melhor, de tornar clara a necessidade de uma perspectiva histórica na análise sociológica de trajetórias de vida (Rosenthal, 1987, p.14). Para dar conta de seu projeto, baseio-me em três livros publicados entre 1986 e 1990. Chama atenção em seus trabalhos a ênfase sobre a pesquisa biográfica: a biografia enquanto tal é seu objeto de estudo.

No primeiro estudo, sobre a geração da juventude nazista (Rosenthal, 1986), tratava-se de verificar qual o significado do dia da capitulação (8 de maio de 1945) para os diferentes entrevistados: em que medida a juventude nazista elaborou os ideais e as expectativas afetadas pelo fim da guerra? Rosenthal entrevistou membros das organizações juvenis do nazismo que tinham entre 16 e 22 anos no fim da guerra, e a eles chegou através de anúncios de jornal. Seu livro restringe-se a oito histórias de vida, divididas em três categorias-tipo, conforme a reação do entrevistado ao dia 8 de maio. Os três tipos são: 1) fim desapontador: aqueles que ainda acreditavam na vitória e que, por isso mesmo, não estavam preparados para o 8 de maio; 2) recomeço na paz: aqueles que já tinham perdido as esperanças e que não se dispunham mais a lutar a qualquer preço pelo nacional-socialismo, e 3) recomeço em relações políticas modificadas: aqueles que esperavam a derrota do nacional-socialismo, classificando-se como opositores a ele. Como resultado da pesquisa, entretanto, essa tipologia deixa a desejar, pois sua utilidade teórica não fica clara. O que representam os três tipos além da constatação de que as reações ao 8 de maio foram diversas? E finalmente: essa simples constatação compensa todo o dispêndio do trabalho de pesquisa?

No segundo livro (1987), Rosenthal analisa as biografias e as entrevistas através de uma curiosa reconstrução por hipóteses: as informações biográficas são trabalhadas em passos curtos, de acordo com as seqüências que oferecem do ponto de vista teórico. Se, por exemplo, existe determinada estrutura familiar, a análise segue as diferentes possibilidades oferecidas por tal constelação, independentemente da trajetória efetiva do

¹² Além dos três volumes do projeto Lusir, os resultados do trabalho foram discutidos em von Plato, 1985, e Zimmermann, 1992, entre outros.

entrevistado.¹³ A principal pergunta continua sendo, aqui, saber como membros da juventude nazista e das forças armadas elaboraram suas vivências e experiências de história de vida durante o terceiro Reich. O objetivo é enfatizar a inter-relação entre tempo biográfico e tempo histórico, isto é, o fato de que as experiências e biografias são determinadas por constelações históricas específicas. Mais uma vez coloca-se a pergunta sobre se esse tipo de resultado compensa tanto esforço de pesquisa.

No terceiro livro (1990), finalmente, Rosenthal ultrapassa um pouco o nível das constatações. A autora reflete sobre as dificuldades que as gerações da guerra têm de relatar suas experiências, criando uma espécie de tabu que aparece em diferentes entrevistas: sobre determinadas vivências, não se fala. O mais difícil, diz Rosenthal, é a interdependência da guerra com o nacional-socialismo, à qual os entrevistados tentam escapar. Uma das principais estratégias para isso é a despolitização da guerra, isto é, a idéia de que, quando de seu advento, o entrevistado já não tinha nada a ver com Hitler. A essa despolitização estão ligadas algumas outras estratégias: o mito do soldado a-político, a idéia de que a juventude nazista era a-política e a estratégia de não problematizar o próprio passado. Rosenthal observa, contudo, que tais estratégias não propiciam a elaboração e a superação do passado. Falta, diz ela, um trabalho de luto, já que não se pode falar, reclamar ou chorar o próprio sofrimento. Certamente não é difícil reconhecer aqui a “vocalização terapêutica” da história oral discutida acima.

Um segundo aspecto desenvolvido nesse livro é o das três gerações que participaram da guerra, desde aqueles que viveram a infância e a adolescência ainda sob o imperador Guilherme II, passando pela geração que cresceu sob a República Weimar, até, finalmente, aqueles que já viveram a infância sob o terceiro Reich. Nos três casos, contudo, a estratégia da despolitização foi a forma de lidar com o passado da guerra e do nacional-socialismo.

4.3 - O livro de H. J. Schröder

O terceiro estudo que serve de exemplo dos trabalhos realizados no campo da história oral na Alemanha é a tese de livre docência de Hans Joachim Schröder, apresentada ao Departamento de Letras e Literatura da Universidade de Hamburgo e publicada em 1992. Com mais de 1.000 páginas, o livro de Schröder contém uma enorme quantidade de informações, referências bibliográficas e discussões, que são contudo excessivas diante dos resultados apresentados; isto é, apesar da profusão de dados, o trabalho carece de profundidade e densidade.

O livro divide-se em duas partes independentes, segundo o próprio autor. A primeira pretende ser um debate teórico sobre a entrevista narrativa enquanto objeto de pesquisa em quatro disciplinas — a literatura, a história, o folclore e a linguística (as duas últimas merecem atenção restrita do autor, que se considera menos competente para discuti-las) — e a segunda contém a análise de histórias da guerra contadas em

¹³ Como observa Niethammer, em estudo publicado recentemente sobre entrevistas que realizou na antiga Alemanha Oriental, esse tipo de transformação de histórias de vida em estereótipos feita por sociólogos na pesquisa biográfica parte de um pressuposto ao mesmo tempo curioso e não-plausível para os historiadores: o de que os conteúdos pessoais e temporais das lembranças são arbitrários e/ou desinteressantes. (Niethammer, 1991, p.30, nota 10).

entrevistas com soldados de tropas. Não há nenhuma tentativa de articulação de ambas as partes, nem tampouco uma conclusão, ao final do livro, que estabeleça relações entre, digamos, “teoria” e “prática”.

As entrevistas analisadas na segunda parte do livro foram realizadas entre 1977 e 1979, no contexto de um projeto do Instituto para Folclore da Universidade de Hamburgo, coordenado pelo folclorista Albrecht Lehmann. O objetivo desse projeto era colher histórias de vida de habitantes “médios” de uma cidade grande e os entrevistados, todos homens, eram solicitados a contar a história de toda sua vida, sem privilegiar acontecimentos ou conjunturas específicos. O ponto principal da investigação era a pesquisa biográfica: o estudo da auto-apresentação e da autoconsciência dos entrevistados. Foram realizadas 86 entrevistas e os contatos foram feitos através de sindicatos, igrejas, associações esportivas, anúncios de jornal e o sistema da “bola de neve”. De acordo com Schröder, o tema da guerra só foi reconhecido como central após a realização da maior parte das entrevistas. Assim, das 86 entrevistas, 72 acabaram fornecendo as histórias de guerra analisadas na segunda parte do livro (o curioso, contudo, é que se pudesse esperar um resultado diferente ao entrevistar apenas homens).

Sobre a segunda parte do livro, é preciso ainda dizer que o autor não esclarece seu estatuto. De um lado, ela é apresentada como a parte principal do trabalho (Schröder, 1992, p. 268), de outro, contudo, é denominada “parte de documentação”, por conter apenas material para uma história dos soldados na Segunda Guerra. Como o autor reconhece que a segunda parte não pode ser chamada de “história”, segue-se um resultado curioso: segundo Schröder, ela serve a outros pesquisadores, já que os trechos das entrevistas e os comentários oferecem uma extensa gama de possibilidades para novas pesquisas (*id.*, p.269).¹⁴

A principal tese desenvolvida por Schröder na parte teórica é a de que as entrevistas contêm “literaricidade” (*Literarizität*). O que ele entende por isso não fica claro, mas ele sustenta que a “literatura documental” (*Dokumentarliteratur*) deve pertencer ao campo da literatura. Sua argumentação se concentra sobre o potencial literário de uma entrevista. Assim, por exemplo, com o intuito de demonstrar as convergências entre arte, jornalismo e ciência, afirma que o escritor, para o qual estão abertos todos os caminhos de elaboração gestáltica da realidade, pode expressar-se artisticamente tanto em uma forma jornalística quanto em uma forma científica e que cabe à ciência da literatura considerar a literaricidade e a estética dos textos assim produzidos (*id.*, p. 37). Esquece-se, porém, o autor, que, diversamente do que ocorre com o escritor, esse tipo de opção não é crucial para o entrevistado produzir sua narrativa.¹⁵ Outro argumento que pretende comprovar a “literaricidade” da “linguagem

¹⁴ Os comentários aos trechos das entrevistas são comparações entre as narrativas das entrevistas e o conteúdo de livros, artigos e romances sobre a Segunda Guerra e sobre outras guerras. Tais comparações têm o objetivo de corroborar o caráter não-efêmero das entrevistas, mas acabam dando a impressão de que todo o trabalho era dispensável, já que as informações fornecidas já se encontravam alhures.

¹⁵ Apenas à página 138 do livro fica um pouco mais claro qual “literaricidade” Schröder defende para a entrevista de história oral. Na verdade, sua intenção é de que o conceito de literatura seja alargado, passando a compreender a “literatura documental”, ao invés de restringir-se à literatura de ficção. Seu principal interlocutor, nesse contexto, é Hans Ulrich Gumbrecht, que, em artigo sobre a narrativa em literatura, teria defendido aquela noção restrita. O debate é, sem dúvida, interessante, mas exige muita cautela, porque, de outro modo, corremos o risco de afirmar que tudo é literatura: uma entrevista, um

falada” é o de uma “estética da transcrição”, que garantiria a apresentação da entrevista na forma de “literatura documental” — trata-se aqui, contudo, de um elenco de técnicas de transcrição, comuns a quase todos os programas de história oral, que visam a traduzir o mais fielmente possível a linguagem falada (como marcações para titubeações, correções e pausas, por exemplo, ou ainda regras para a transcrição de números e siglas). Finalmente, a determinação em transformar entrevistas de história oral em literatura leva Schröder a sugerir a criação de um novo gênero literário, o das “autobiografias orais”.¹⁶

Os problemas colocados por esse extenso livro de Schröder dizem respeito, a meu ver, à própria legitimação da história oral. Ou seja, não podemos deixar de reparar a distância entre o investimento intelectual e financeiro da pesquisa, de um lado, e os resultados objetivos, de outro. Os resultados, nesse caso, parecem ser as próprias entrevistas — aliás, produtos de outro projeto —, que precisam falar por si mesmas, já que o pesquisador não sabe o que fazer com elas. Inventar-lhes um gênero é procurar legitimar um trabalho que se limita a colher os depoimentos, transcrevê-los e publicá-los — agora são literatura! Certamente a história oral tem a ver com literatura documental, com pesquisa biográfica e com a elaboração do passado, mas não é suficiente reconhecer essas relações. É preciso saber diferenciar.

A defesa de Schröder em favor da “literaricidade” da entrevista faz lembrar, no final das contas, a questão da história vista “de baixo” e a incapacidade dos “de baixo” de deixarem registros escritos sobre suas experiências pessoais. Assim, a história oral permitiria não apenas o registro de histórias de vida e visões de mundo de camadas sociais menos favorecidas, mas também o reconhecimento da “literaricidade” de sua linguagem falada. Poder-se-ia até falar de uma confluência da “história democrática” com a “literatura democrática”. A meu ver, contudo, esse tipo de encaminhamento é uma forma de confundir as coisas. Ao invés de falarem da história dos outros, de uma história mais pluralista, estudos como o de Schröder falam, na verdade, da ação e da intenção do próprio pesquisador. De um lado, falam de seu próprio esforço em encobrir a diferença entre seu saber e o saber dos outros; de outro, falam de sua incapacidade em lidar com o saber dos outros.

Vejamos por quê. Em primeiro lugar, o saber dos outros (dos “de baixo”, se quisermos) não é percebido como outro, e sim transformado em gênero literário — apesar do “outro” ter sido solicitado a falar, ter sido entrevistado com um gravador, ter sido contactado pela universidade etc.¹⁷ Evita-se aqui toda espécie de discussão mais

artigo de jornal, uma tese de doutorado podem ser literatura... No Brasil também se trava esse tipo de debate, evidentemente, e creio que uma das melhores respostas continua sendo o conceito de “territorialidade discursiva” de Luiz Costa Lima, que desloca a discussão para diferentes modalidades narrativas. Assim, ao invés de afirmarmos que tudo é literatura, passamos a considerar que tudo é narrativa (ou quase tudo, já que a lei e o poema lírico não o são), havendo a narrativa literária (ou ficcional), a autobiográfica, a histórica etc. (cf. Costa Lima, 1989).

¹⁶ Em suas palavras: “para a ciência da literatura, a documentação que se segue oferece, em primeiro lugar, de forma geral, algo fundamentalmente novo: ela torna claro que, ao lado dos já conhecidos gêneros de descrição de experiências subjetivas de guerra, existe um outro gênero, até aqui não observado, o das autobiografias orais.” (p. 158)

¹⁷ Nesse contexto, não custa lembrar que as primeiras tentativas de investigar a sociedade através de perspectivas biográficas, as de Thomas e Znaniecki nos anos 1920, foram desenvolvidas a partir de autobiografias encomendadas e pagas em dinheiro. O camponês polonês Wladeck W. era pago para escrever sua biografia e, como precisava de dinheiro, escreveu uma história bonita, conforme imaginava

objetiva sobre o que é literatura e o que é um escritor, em prol de uma certa diluição dos conceitos, que garantiria a negação das diferenças. Em segundo lugar, a incapacidade de lidar com o saber do outro fica clara pelo fato do pesquisador deixar as entrevistas falarem por si, como se o trabalho de colhê-las já demonstrasse esforço intelectual suficiente. Quer-se realmente conhecer o saber dos outros, ou quer-se apenas provar que aquilo que se faz é legítimo e, em seguida, oferecer o material coletado para outras pesquisas?

É claro que o exemplo de Schröder não é o único a cair nesse tipo de equívoco — mas provavelmente é aquele em que a desproporção entre investimento e resultados da pesquisa salta mais aos olhos, dado o tamanho de seu livro. Na verdade, creio que esse tipo de confusão é bastante comum no campo da história oral. Isso não significa, evidentemente, que se deva renunciar ao método. Penso apenas que deveríamos perguntar-nos muito mais sobre aquilo que estamos fazendo, sobre os preconceitos velados, sobre os objetivos não alcançados e principalmente sobre a relação entre o investimento de tempo e de recursos e os resultados esperados.

5 - História oral e teoria da narrativa

Se a tese defendida por Schröder parte de uma noção por demais ampla do que seja literatura, por outro lado, não há dúvida de que a entrevista de história oral — assim como um artigo de jornal, um texto de história ou uma tese de doutorado — pode ser apreendida como narrativa e, dessa forma, analisada com base no instrumental teórico da área de letras e literatura (cf. nota 15, acima). Gostaria de concluir esse trabalho apresentando dois textos produzidos no campo da história oral na Alemanha que caminham nessa direção.

O primeiro deles faz parte da coletânea de artigos organizada por Lutz Niethammer e publicada em 1980, como primeira publicação de maior expressão no campo da história oral na Alemanha. Trata-se de um pequeno texto de autoria do escritor Rolf Hochhuth, publicado pela primeira vez como posfácio a seu livro *Um amor na Alemanha* (1978), que relata a história de amor entre uma vendedora de legumes e um prisioneiro de guerra polonês que trabalhava para um comerciante de carvão. Intitulado “Quem conta uma história...”, o texto comenta as dificuldades do autor em reconstituir a história de Pauline e Stasiek através de entrevistas com pessoas que dela participaram e/ou a testemunharam. A história passou-se no início dos anos 1940, em plena Alemanha nazista, portanto, em um pequeno vilarejo de Baden-Württemberg. Acusado de adultério, o casal foi julgado e condenado: ele, à forca, e ela, a dois anos e meio de trabalhos forçados em um campo de concentração. Ocorre que, passados 36 anos do fato, nem o então prefeito do vilarejo, nem a vizinha, nem o pequeno fazendeiro, nem qualquer um dos demais personagens que denunciaram o casal e/ou depuseram contra ele, se lembra daquilo que fez ou viu. Hochhuth observa:

que seus compatriotas encomendantes gostariam de ler. Isso não invalida, evidentemente, sua autobiografia como objeto de estudo, mas ninguém duvida hoje em dia que, no mínimo, as condições de produção desse material devem ser consideradas quando de sua análise. A respeito das circunstâncias em que se desenvolveu a pesquisa de Thomas e Znaniecki, ver Werner Fuchs, 1980.

Fica pois a questão de saber se esse crime se deixa contar, já que quase todas as testemunhas e os participantes ainda vivem; a maioria mente, naturalmente. Calculo que se pode acreditar na metade daquilo que dizem — quem, entretanto, me diz em qual metade? Porque os que mentem premeditadamente, falam o mais convincentemente, porque já contam sua versão desde o final da época de Hitler; isso não apenas exercita, mas impõe-se como verdade — até para os próprios mentirosos! Os piores acreditam em cada uma de suas palavras. Seus relatos são triunfos da vontade sobre a memória: “eu fiz isso, você conhece o aperçu”, diz nossa lembrança; “eu não *posso* ter feito isso”, diz nosso orgulho; “você não devia ter feito isso”, diziam, após a morte de Hitler, leis que declaravam inválidas as leis de Hitler: e assim a memória cedia... (Hochhuth, 1980, p. 190)

Ou seja, Hochhuth fala das dificuldades de se contar uma história cujas testemunhas em sua maioria mentem e que, por isso mesmo, só pode ser contada nessa espécie de espaço virtual de um passado não mais reconstituível.

Essa situação quase impossível se estende, entretanto, a todas as narrativas sobre o passado. Contar uma história, diz Hochhuth, é jogar fora. Como a realidade presente é impossível de ser contada (nenhum narrador consegue carregar o peso da realidade, diz), só se pode contar histórias sobre o passado — sobre aquilo que sobrou da realidade passada. É por isso que contar significa jogar fora — uma falsificação (*Fälschung*), de qualquer forma!

Esse dilema não é, evidentemente, estranho à teoria da narrativa: contar uma história é operar por exclusão, é selecionar e ordenar os acontecimentos de acordo com o sentido que se lhes quer conferir e que se quer conferir à própria história. Mas isso não quer dizer que o resultado da exclusão e da seleção não tenha relação com a realidade. Ao contrário, é preciso tomar cuidado para não incorrer no extremo oposto, passando a sustentar que tudo não passa de versões do passado, ou ainda que toda construção narrativa é “ficção”. Pois, como bem lembra Hochhuth, se a história de Pauline e Stasiek jamais fosse contada — mesmo com todas as mentiras, mesmo com todas as exclusões —, aí mesmo é que ela jamais viria à tona.

Creio que o exemplo trazido pelo texto de Hochhuth é forte o suficiente para não nos deixar esquecer a especificidade da história oral: o fato de uma entrevista jamais restituir-nos a realidade, mas também o fato de que, sem ela — como sem as histórias dos contemporâneos de Stasiek —, não chegaríamos a pedaços de histórias para sempre esquecidas. Resta saber — e daí minha preocupação constante com a proporcionalidade entre o investimento e os resultados de um trabalho de história oral — se a) os pedaços aos quais se quer chegar não podem ser alcançados de outro modo e se b) são efetivamente pedaços desse tipo que se está procurando.

O segundo texto que aproxima a análise de entrevistas de história oral do instrumental teórico da área de letras e literatura é o já mencionado artigo “Perguntas-respostas-perguntas”, de Lutz Niethammer. Nele, o autor chama a atenção para as histórias que existem dentro das entrevistas de história oral:

“Essas histórias são o maior tesouro da história oral, porque nelas se condensam esteticamente enunciados objetivos e de sentido. Ao mesmo tempo, porém, elas são as mais difíceis de interpretar historicamente, porque o momento dessa condensação situa-se em algum lugar entre a data sobre a qual se está narrando e aquela na qual se está narrando.” (Niethammer, 1985, p. 407)

Niethammer sugere dois níveis de análise dessas “narrativas dentro da narrativa da entrevista”. De um lado, o nível hermenêutico — isto é, interpretativo mesmo —, que não difere das demais críticas históricas: é preciso considerar como se constituiu a entrevista, quem são as pessoas que dela participaram, qual seu conteúdo, para, então, examinar a história contada dentro do contexto da entrevista. O importante aqui é determinar a exatidão do período a que a história se refere: se o entrevistado relata um acontecimento com pessoas que à época não poderiam ter existido, existe um desvio temporal, ou ainda, se uma história sobre acontecimento dos anos 1920 é contada com expressões comuns aos anos 1950, isso pode indicar que seu significado foi constituído em comunicações dos anos 1950.

O autor fornece um exemplo dessa interpretação de histórias dentro da entrevista. No projeto Lusir, chamou-lhe a atenção a recorrência com que alguns entrevistados lembravam-se de soldados negros como sendo os primeiros aliados a ocuparem a Alemanha, observando que, ao contrário do esperado, eles eram simpáticos com as crianças. Como outras fontes históricas não apontassem para uma maioria de negros entre os soldados aliados, essas narrativas dentro das narrativas das entrevistas necessitavam de explicação. Niethammer encontrou-a na propaganda nazista do final da guerra, que vinculava a libertação do fascismo a uma inversão da hierarquia das raças, na medida em que difundia a expectativa de estupros por parte de raças inferiores - não apenas negros, mas também eslavos. A recorrência dessas histórias nas entrevistas revelariam, portanto, que o medo da libertação política como estupro por parte de raças inferiores teve uma difusão bastante significativa.

O segundo nível de análise das histórias dentro da entrevista seria o nível estético. Segundo Niethammer, o processo de conhecimento do passado que ocorre durante uma entrevista, tanto por parte do entrevistado quanto por parte do entrevistador, pode ser transmitido a terceiros (a leitores, ouvintes, espectadores) de modo especialmente bem-sucedido quando as histórias exemplares da entrevista são apresentadas juntamente com as propostas de interpretação dos historiadores. Essas histórias exemplares têm um componente estético — isto é, elas são *boas* histórias — quando seu significado se compreende à medida em que se desenvolve a própria narrativa, e não quando se pode traduzi-las por uma “moral” ou reduzi-las a um conceito. Boas histórias, diz Niethammer, são aquelas cujo sentido está coagulado à forma.

Na narrativa de suas histórias, prossegue o autor, o entrevistado está submetido a três condicionantes. Em primeiro lugar, ele deve formar um todo com os diversos acontecimentos, que seja capaz de abrigar o ponto culminante de sua história. Em seguida, para conduzir a atenção do ouvinte para o apogeu de sua história, ele precisa condensar os demais elementos importantes. Finalmente, ele necessita encaixar em sua

narrativa informações que são requisitos para a compreensão da história, as quais ele imagina serem desconhecidas por parte de seu interlocutor. Da combinação dos três condicionantes resulta, para a estética de tais histórias, de um lado, a possibilidade de se visualizar sua unidade de sentido — isto é, o fato delas serem citáveis — e, de outro, a construção de relações complexas a partir de percepções concretas.

Finalmente, a dimensão estética das histórias dentro da entrevista acrescenta, para Niethammer, um novo tipo de compreensão àquele viabilizado pela interpretação histórica, qual seja, a compreensão de “qualquer um”. Esse “qualquer um” é capaz de descobrir, por suas especificidades individuais e sociais, novos sentidos e informações, além dos fornecidos pelo entrevistado e pelo historiador. Por essa razão — e porque “qualquer um” também pode controlar a interpretação proposta pelo historiador com base na própria história do entrevistado —, Niethammer sugere que o processo de produção na história oral seja compreendido muito mais como um triângulo, que inclui, portanto, o “receptor” das interpretações do historiador e das histórias do entrevistado, do que como uma simples polaridade entre sujeito (o historiador) e objeto (o entrevistado).

Creio que podemos extrair duas conclusões dessa discussão. Em primeiro lugar, o fato do público da história oral, receptor das propostas de interpretação do historiador e das histórias do entrevistado, ser efetivamente muito mais ativo do que o público de outras produções nas áreas das ciências humanas. O fato de “qualquer um” poder — e querer, principalmente — avaliar histórias e interpretações, porque elas, de alguma forma, dizem respeito a suas próprias histórias, é muito provavelmente uma das razões do sucesso da história oral. Assim, aquilo que Niethammer chama de dimensão estética das histórias contidas em uma entrevista — aquilo que, justamente, a torna passível de ser entendida por “qualquer um” — passa a ser em grande parte responsável pelo encanto da história oral e pela facilidade com que é absorvida.

Em segundo lugar, a ênfase dada por Niethammer às histórias dentro da entrevista constitui, sem dúvida nenhuma, uma boa indicação para os que se preocupam em aproveitar o potencial da história oral produzindo interpretações consistentes do material gravado. Talvez possamos dizer que entrevistas de história oral são as únicas fontes que documentam o passado — experiências pessoais, acontecimentos, conjunturas — e as concepções do passado através de seqüências narrativas, isto é, pequenas histórias cujo sentido está atrelado à própria forma com que são narradas, sendo impossível dar conta do primeiro sem considerar a segunda.¹⁸ Por isso, dizer que uma *boa* história dentro da entrevista é aquela que é *citável*, não significa dizer que ela é útil para ilustrar uma tese, e sim que ela é *essencial*.

¹⁸ O trabalho que apresentei no IX Congresso Internacional de História Oral, realizado em Gotemburgo, Suécia, em junho de 1996, caminhou nessa direção; nele procurei interpretar o depoimento de Evandro Lins e Silva, prestado ao CPDOC entre 1994 e 1995, a partir de unidades narrativas que se destacavam na entrevista (cf. Alberti, 1996).

Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena - 1996 - "Law and Narrative: a Life History Interview with a Brazilian Jurist", in: *Communicating Experience*. IX International Oral History Conference. Anais do congresso, realizado em Gotemburgo, Suécia, de 13 a 16 de junho de 1996, seção Method and Theory, p. 910-5.

CAMARGO, Aspásia - 1994 - "História oral e política", in: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro, Finep, Diadorim, p. 75-99.

COSTA LIMA, Luiz - 1989 - *A aguarrás do tempo. Estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro, Rocco.

FUCHS, Werner - 1980 - "Möglichkeiten der biographischen Methode", in: NIETHAMMER, Lutz (org.). *Lebenserfahrung und kollektives Gedächtnis. Die Praxis der "Oral History"*. Frankfurt a.M., Syndikat, p.323-348.

HERBERT, Ulrich - 1985 - "Zur Entwicklung der Ruhrarbeiterschaft 1930 bis 1960 aus erfahrungsgeschichtlicher Perspektive." in: NIETHAMMER, Lutz & PLATO, Alexander von (org.). "Wir kriegen jetzt andere Zeiten". *Auf der Suche nach der Erfahrung des Volkes in Nachfaschistischen Ländern*. Lebensgeschichte und Sozialkultur im Ruhrgebiet 1930 bis 1960 (Lusir), Bd. 3., Berlin-Bonn, J.H.W. Dietz Nachf., p. 19-52.

HOCHHUTH, Rolf - 1980 [1978] - "Wer eine Geschichte erzählt...", in: NIETHAMMER, Lutz (org.). *Lebenserfahrung und kollektives Gedächtnis. Die Praxis der "Oral History"*. Frankfurt a.M., Syndikat, p. 187-191.

KUHN, Annette - 1985 - "Oral history - feministisch." in: HEER, Hannes & ULLRICH, Volker (org.). *Geschichte entdecken. Erfahrungen und Projekte der neuen Geschichtsbewegung*. Hamburg, Rowohlt Taschenbuch Verlag, p.165-173.

NIETHAMMER, Lutz - 1980 - "Einführung", in: NIETHAMMER, Lutz (org.). *Lebenserfahrung und kollektives Gedächtnis. Die Praxis der "Oral History"*. Frankfurt a.M., Syndikat, p. 7-26.

_____ (org.) - 1983 - "Hinterher merkt man, daß es richtig war, daß es schiefgegangen ist". *Nachkriegserfahrungen im Ruhr-Gebiet*. Lebensgeschichte und Sozialkultur im Ruhrgebiet 1930 bis 1960 (Lusir), Bd.2, Berlin-Bonn, J.H.W. Dietz Nachf.

_____ - 1985 - "Fragen-Antworten-Fragen. Methodische Erfahrungen und Erwägungen zur Oral History.", in: NIETHAMMER, Lutz & PLATO, Alexander von (org.). "Wir kriegen jetzt andere Zeiten". *Auf der Suche nach der Erfahrung des Volkes in Nachfaschistischen Ländern*. Lebensgeschichte und Sozialkultur im Ruhrgebiet 1930 bis 1960 (Lusir), Bd. 3., Berlin-Bonn, J.H.W. Dietz Nachf., p. 392-445.

_____ - 1991 - "Glasnost privat 1987", in: NIETHAMMER, Lutz; PLATO, Alexander von & WIERLING, Dorothee. *Die volkseigene Erfahrung. Eine Archäologie des Lebens in der Industrieprovinz der DDR*. Berlin, Rowohlt.

_____ & PLATO, Alexander von - 1985 - "Vorwort", in: NIETHAMMER, Lutz & PLATO, Alexander von (org.). *"Wir kriegen jetzt andere Zeiten". Auf der Suche nach der Erfahrung des Volkes in Nachfaschistischen Ländern*. Lebensgeschichte und Sozialkultur im Ruhrgebiet 1930 bis 1960 (Lusir), Bd. 3., Berlin-Bonn, J.H.W. Dietz Nachf., p. 9-15.

PLATO, Alexander von - 1985 - "Wer schoß auf Robert R., oder: Was kann Oral history leisten?" in: HEER, Hannes & ULLRICH, Volker (org.). *Geschichte entdecken. Erfahrungen und Projekte der neuen Geschichtsbewegung*. Hamburg, Rowohlt Taschenbuch Verlag, p. 266-280.

ROSENTHAL, Gabriele (org.) - 1986 - *Die Hitlerjugend-Generation. Biographische Thematisierung als Vergangenheitsbewältigung*. Essen, Die Blaue Eule. (Gesellschaftstheorie und Soziale Praxis; Bd.1)

_____ - 1987 - "... wenn alles in Scherben fällt...". *Von Leben und Sinnwelt der Kriegsgeneration. Typen biographischer Wandlungen*. Opladen, Leske + Budrich. (Biographie und Gesellschaft; Bd.6)

_____ (org.) - 1990 - "Als der Krieg kam, hatte ich mit Hitler nichts mehr zu tun." *Zur Gegenwärtigkeit des "Dritten Reiches" in Biographien*. Opladen, Leske + Budrich.

SCHRÖDER, Hans Joachim - 1992 - *Die gestohlenen Jahre. Erzählgeschichten und Geschichtserzählung im Interview: Der Zweite Weltkrieg aus der Sicht ehemaliger Mannschaftssoldaten*. Tübingen, Max Niemeyer.

ZIMMERMANN, Michael - 1992 - "Zeitzeugen.", in: RUSINEK, Bernd-A.; ACKERMANN, Volker & ENGELBRECHT, Jörg (org.). *Einführung in die Interpretation historischer Quellen. Schwerpunkt: Neuzeit*. Paderborn, Ferdinand Schöningh, p.13-26.